

São Francisco
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações dos resultados	13
Demonstrações dos resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Senhores Acionistas,

A Administração da São Francisco Energia S.A. (SFE), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, com uma síntese dos fatos ocorridos e julgados relevantes, as correspondentes Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A SFE foi constituída em 18 de dezembro de 2015, tendo como objeto social a produção de energia, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), por meio de usinas termelétricas e a comercialização da energia gerada; podendo importar óleo combustível e demais derivados de petróleo necessários a seu processo produtivo.

Como subsidiária da Global Participação de Energia em Energia S.A., adquiriu em 2021 os ativos operacionais de três Usinas Termelétricas (UTES), localizadas em Camaçari-BA, integrantes do "Projeto Goytacazes" que constituíam o "Polo Camaçari", de titularidade da Petrobras, em processo amparado pelo Decreto 9.188/2017, que instituiu o processo de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais.

A etapa de transição, para a Companhia assumir a operação dos ativos, teve início com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças, em 03/05/2021, tendo a SFE assumido a gestão, operação e manutenção das usinas após o cumprimento das condições suspensivas previstas no contrato, em 06/12/2021.

As UTES Apoená (151,7 MW, anteriormente denominada Muricy), Guarani (150,0 MW, anteriormente Arembepe) e Curumim (31,8 MW, Bahia I - Camaçari) detêm autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), transferida do antigo titular para a SFE por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2022, e que autorizam a Companhia a se estabelecer como PIE, implantar e explorar as referidas unidades geradoras.

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Ações adotadas pelo Grupo que contribuem para diferentes aspectos que beneficiam o mundo de forma geral. Tornam transparentes as intenções reais na busca por harmonia entre aspectos sociais, ambientais e econômicos e demonstram de que forma estão alinhadas com o conceito **ESG** – *Environmental, Social and Governance*.

A geração limpa e renovável das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) contribui para reduzir as emissões totais do Grupo, dentre outras ações, tais como:

E/A (ambiental) - contribuições para minorar o efeito de seu processo produtivo no meio ambiente:

- adequada manutenção preventiva e preditiva de seus conjuntos geradores para reduzir o consumo de combustível, controlado por indicador de meta;
- efetivo controle das emissões atmosféricas por meio de medições sistemáticas e monitoramento da qualidade do ar nas áreas de influência dos empreendimentos, assegurando níveis mínimos;
- tratamento da água e reutilização dos efluentes do processo produtivo;
- preocupação com o descarte de resíduos, especialmente peças e componentes eletrônicos, dando-lhes a destinação adequada;
- programa de premiação de ideias voltadas para a Segurança e o Meio Ambiente;
- manutenção e replantio de árvores do bioma do entorno das usinas do Grupo.

S (social) - atua valorizando a dignidade do ser humano, o meio ambiente e a gestão do patrimônio, voltando-se para o desenvolvimento da saúde, segurança e diversidade entre os colaboradores, bem como para atividades beneficentes na comunidade vizinha às usinas do Grupo e na sociedade em geral:

- o combate à discriminação constitui um valor da cultura do Grupo, não sendo admitidos *bullying*, assédio nem qualquer tipo de discriminação de crença, idade, sexo, orientação sexual etc.;
- apoio à inclusão social e diversidade no quadro de pessoal do Grupo, prevalecendo a meritocracia, a dedicação e o trabalho;
- atendimento às normas trabalhistas, sobretudo pela alta rotatividade das equipes, característica da sazonalidade da geração termelétrica;

- valorização da segurança e da saúde no ambiente de trabalho, tendo a vida como um valor absoluto, promovendo condições de trabalho seguras e saudáveis e protegendo o meio ambiente;
- programas sociais incentivados e de projetos de incentivo;
- programas de recrutamento de jovens aprendizes e PcD (Pessoa com Deficiência).

G (governança) - gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional, tendo como princípios norteadores: equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

- forte cultura organizacional, tendo conselho de administração ativo, sem envolvimento em fraudes ou escândalos;
- submissão das demonstrações financeiras ao exame de auditoria externa dentre as quatro grandes (*big four*);
- identificação antecipada dos riscos potenciais, análise e adoção de medidas preventivas aplicáveis na gestão de riscos;
- mitigação do risco de desvios éticos, apoiada por auditoria interna nas coligadas, assegurando tolerância zero para desvios;
- comunicação transparente e objetiva dos valores e compromissos, promovendo a influência positiva em todo o ambiente corporativo e nas relações, levando ao reconhecimento;
- existência de canais de denúncias, apuração sigilosa em alto nível e eventuais sanções sob decisão do Comitê de *Compliance*;
- minimização de falhas e ocorrência de fraudes, com base no Código de Conduta e arcabouço normativo formalizado;
- transparência entre as partes interessadas, informando fatos positivos e negativos, sem restrição, como condição fundamental para conquistar confiança interna e externa;
- estímulo ao aprendizado e busca de aprimoramento contínuo e incremental dos processos internos da organização;
- integração e balanceamento dos indicadores de desempenho por meio de metas empresariais (coletivas) e individuais, como desdobramento de metas empresariais.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2021, após a assunção da gestão pela SFE (06/12/2021), as UTEs Apoená, Guarani e Curumim não foram requisitadas pelo Operador Nacional do Sistema

(ONS), logo não houve despachos para geração de energia elétrica no ano anterior.

Em 2022, as UTEs Aipoena, Guarani e Curumim não foram demandadas pelo ONS.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros se apresentam adequados aos requisitos dos contratos de financiamento, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da adequada classificação dos saldos de financiamento no longo prazo.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. O desempenho econômico-financeiro de 2022 ainda esteve influenciado pela assunção da gestão operacional das UTEs em dezembro de 2021.

As demonstrações financeiras, portanto, refletem o primeiro exercício de disponibilidade das usinas, quando a SFE efetivamente assumiu a gestão, operação e manutenção das usinas, faturando a receita de disponibilidade/geração e os correspondentes custos e despesas operacionais.

Observe-se a seguir os resultados de 2022 comparativamente com as informações relativas ao (limitado período de 26 dias de dezembro) do exercício de 2021 (entre parênteses):

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$ 258,0 milhões (22,9 milhões, em 2021).
Variação de 1.125,6%, explicada por:

- período de operação anual em 2022 (receita fixa) e volume de energia gerada (receita variável), em relação a 2021 (período inferior a um mês, como citado);
- reajustamento de preço contratual ocorrido em 2022.

Custos e despesas operacionais, R\$ 123,4 milhões (R\$ 10,2 milhões, em 2021), apresentaram incremento de 1.208,8%. Variação que decorreu dos custos de operação e manutenção (O&M) de 934,0% (R\$ 108,8 milhões), em razão da realização do planejamento de manutenções corretivas e preventivas dos motogeradores e sistemas auxiliares, associado ao consumo de combustível, para todo o exercício de 2022.

Lucro Operacional (Lucro Antes do Resultado Financeiro): R\$ 134,6 milhões (R\$ 12,8 milhões, em 2021), com incremento de 1.050,6%, refletindo o período de disponibilidade de todo o exercício de 2022.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração para geração operacional de caixa, positiva de R\$ 150,3 milhões (R\$ 14,8 milhões, em 2021). com evolução favorável de R\$ 135,5 milhões (1.014,5%), refletindo o aumento da ROL, associado ao aumento da quota anual de depreciação, em razão do período de disponibilidade e do volume de geração de 2022.

Resultado Financeiro: deficitário de R\$ 7,4 milhões (deficitário de R\$ 0,2 milhões, em 2021), em razão dos encargos financeiros da dívida com financiamento.

Lucro Líquido: R\$ 105,4 milhões (R\$ 8,0 milhões, em 2021), variação de 1.317,5%. Corresponde a uma margem de lucratividade líquida de 40,9% (30,1%, em 2021).

Contas a Receber: R\$ 42,5 milhões (R\$ 25,5 milhões, em 2021). Apresentando variação de R\$ 20,0 milhões (165,7%), em razão do saldo das faturas a vencer.

Capital de Giro: capital circulante líquido, positivo de R\$ 61,2 milhões (positivo de R\$ 53,8 em 2021). Apresentou evolução favorável de R\$ 7,4 milhões (12,1%), explicado pelo aumento nos saldos do Contas a Receber, Estoque e Caixa e Equivalente.

Endividamento: dívida financeira líquida (empréstimos e financiamentos) atingiu R\$ 47,9 milhões (R\$ 137,0 milhões, em 2021), evolução favorável em R\$ 89,1 milhões, explicado pela amortização realizada em 2022.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 76,4 milhões (R\$ 69,1 milhões, em 2021), incremento de 10,6%.

Remuneração aos Acionistas (Dividendos Pagos efetivamente): R\$ 38,5 milhões (sem pagamentos de dividendos em 2021).

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como para cumprir os compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Camaçari, 24 de fevereiro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e Administradores da
São Francisco Energia S.A.
Camaçari - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Francisco Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Francisco Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para os eventos ou condições descritos na nota 1 às demonstrações financeiras, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Com exceção do assunto descrito na seção de incerteza significativa quanto à continuidade operacional, não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 24 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

São Francisco Energia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	2022	2021	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	2022	2021
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	76.434	69.094	Fornecedores	12	11.767	12.687
Contas a receber	5	42.556	25.531	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	47.925	59.214
Impostos a recuperar	6	40	9.241	Obrigações sociais e trabalhistas		551	142
Estoques	7	4.804	477	Obrigações tributárias	14	1.946	132
Outras contas a receber	11	897	28.251	Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.082	4.625
				Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	16	-	1.891
Total dos ativos circulantes		<u>124.731</u>	<u>132.594</u>	Outras contas a pagar		<u>5.003</u>	<u>164</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>72.274</u>	<u>78.855</u>
Não circulantes				Não circulantes			
Impostos a recuperar	6	490	972	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	77.772
Impostos diferidos		358	-	Outras contas a pagar		<u>783</u>	<u>63</u>
Imobilizado	9	27.410	31.245	Total dos passivos não circulantes		<u>783</u>	<u>77.835</u>
Intangível	10	460	950				
Total dos ativos não circulantes		<u>28.718</u>	<u>33.167</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	16	3.000	3.000
				Reservas de lucros	16	<u>77.392</u>	<u>6.071</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>80.392</u>	<u>9.071</u>
Total dos ativos		<u><u>153.449</u></u>	<u><u>165.761</u></u>	Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u><u>153.449</u></u>	<u><u>165.761</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por lote de mil ações - em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	17	257.995	22.942
Custos de operação e manutenção	18	<u>(108.832)</u>	<u>(11.652)</u>
Lucro bruto		149.163	11.290
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.735)	(905)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	<u>2.143</u>	<u>2.382</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>134.571</u>	<u>12.767</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	6.996	1.066
Despesas financeiras	19	<u>(14.409)</u>	<u>(1.269)</u>
Total		<u>(7.413)</u>	<u>(203)</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>127.158</u>	<u>12.564</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(48.078)	(4.602)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	358	-
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	<u>25.975</u>	<u>-</u>
Total		<u>(21.745)</u>	<u>(4.602)</u>
Lucro líquido líquido do exercício		<u>105.413</u>	<u>7.962</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:			
Acionistas controladores		93.818	7.093
Acionistas não controladores		<u>11.595</u>	<u>869</u>
		<u>105.413</u>	<u>7.962</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		35,138	2,654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	105.413	7.962
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>105.413</u></u>	<u><u>7.962</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota explicativa	Reservas de lucros					Lucros (Pejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	32	-	-	-	(43)	(11)	
Aumento de capital social	16	3.011	-	-	-	3.011	
Absorção de prejuízo contra o capital social	16	(43)	-	-	43	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	7.962	7.962	
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva legal	16	-	398	-	(398)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,35 por ação)	16	-	-	-	(1.891)	(1.891)	
Complemento de reserva de lucros retidos	16	-	-	5.673	(5.673)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.000	398	-	5.673	-	9.071	
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	105.413	105.413	
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	16	-	202	-	(202)	-	
Complemento de reservas de incentivo fiscal	16	-	-	28.492	(25.975)	2.517	
Dividendos adicionais pagos de 2021 (R\$0,20 por lote de mil ações)	16	-	-	-	(5.673)	(5.673)	
Dividendos adicionais (R\$0,14 por lote de mil ações)	16	-	-	-	(30.936)	(30.936)	
Destinação para reserva de retenção de lucros	16	-	-	48.300	(48.300)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.000	600	28.492	48.300	-	80.392	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Francisco Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		105.413	7.962
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9, 10 e 18	15.694	2.041
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos do bônus de adimplência	13	12.929	1.156
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	13	1.080	92
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(17.025)	(25.531)
Estoques		(13.078)	(477)
Impostos a recuperar		36.486	(10.213)
Outras contas a receber		27.354	(28.251)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(920)	12.687
Obrigações tributárias		(3.119)	4.757
Obrigações sociais e trabalhistas		409	142
Outras contas a pagar		5.559	227
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>170.782</u>	<u>(35.408)</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(19.254)	-
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12	<u>(13.753)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais		<u>137.775</u>	<u>(35.408)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(2.618)	(33.236)
Aquisição de intangível	10	<u>-</u>	<u>(1.000)</u>
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>(2.618)</u>	<u>(34.236)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	138.000
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures		(89.317)	-
Custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	(2.262)
Dividendos pagos		(38.500)	-
Aumento de capital social		-	2.990
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(127.817)</u>	<u>138.728</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>7.340</u>	<u>69.084</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	69.094	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	76.434	69.094
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>7.340</u>	<u>69.084</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A São Francisco Energia S.A. (“Companhia” ou “SFE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (“GPE”), constituída em 18 de dezembro de 2015, com sede em Camaçari, Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, bem como a realização de outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

Com a publicação da Resolução Normativa 827/2018, de 21/08/2018, a ANEEL estabeleceu as regras definitivas para penalidade por falta de combustível na geração de energia termelétrica, compatibilizando-as com as penalidades previstas em contratos de fornecimento de combustível. Destaca-se que a SFE possui contrato de fornecimento de combustível firmado com a Refinaria de Mataripe S.A. após a publicação da citada Resolução Normativa, o qual tem vigência até o final dos CCEARs - Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

A UTE Apoena entrou em operação comercial em setembro de 2009 e a UTE Guarani entre março e abril de 2010 e possuem prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2023, quando se encerra o período de suprimento vinculado aos CCEARs. Já a UTE Curumim opera desde 2002, tendo sido recontratada em 2006, e tem prazo de suprimento até 31 de dezembro de 2025.

1.1 Aquisição dos ativos UTE Guarani, Apoena e Curumim

A Global Participações em Energia S.A. (GPE) participou, em 2021, de processo competitivo conduzido pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para a venda exclusivamente dos ativos das Usinas Termoelétricas - UTEs, localizadas em Camaçari-BA, e não de negócios, integrantes do “Projeto Goytacazes” e que constituíam o “Polo Camaçari”. Os ativos das Usinas eram de titularidade da Petrobras, totalmente operacionais. Esse processo fez parte do regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais, previsto no Decreto 9.188/2017.

A GPE utilizou a subsidiária São Francisco Energia S.A., para adquirir os referidos ativos que constituíram as antigas UTEs: Arembepe, atualmente Guarani; Muricy, atual Apoena; e Bahia I Camaçari, atual Curumim, por um montante total de R\$35.312, obtendo, assim, autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia - PIE, implantar e explorar as novas unidades termoelétricas Apoena, Guarani e Curumim, por meio das Resoluções Autorizativas n.º 10.776, n.º 10.777 e n.º 10778, todas datadas de 19 de outubro de 2021.

Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar na região Nordeste, as usinas de geração flexível não foram despachadas ao longo do ano de 2022. Com isso, a Companhia obteve no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, receita bruta de geração variável de R\$24.010, além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$263.113 (Em 2021, receita variável R\$4.807 e receita fixa R\$20.724).

1.2 Continuidade Operacional

As UTEs Apoená (151,7 MW) e Guarani (150,0 MW) foram contratadas no Leilão de Energia Nova n.º 002/2006 e a UTE Curumim (31,8 MW) foi contratada no Leilão de Energia Nova n.º 004/2006, ambos realizados pela ANEEL. Como resultado desses leilões as UTEs Apoená e Guarani firmaram um total de 30 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e a UTE Curumim firmou 24 CCEARs, todos com Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

Os responsáveis pela governança da Companhia, responsáveis pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, entendem que existe incerteza futura em relação a continuidade de suas unidades de caixa (UGC), após o encerramento dos respectivos CCEAR após 2023 e 2025, em razão da conjuntura desfavorável de mercado para realização de leilões para contratação de energia termelétrica que utiliza combustível fóssil como matéria-prima. A expectativa da Administração é de possível descontinuidade operacional para as UCG das UTEs Apoená e Guarani em dezembro de 2023 e UCG Curumim em dezembro de 2025, com possível futura desmobilização, alienação dos ativos e liquidação dos passivos a partir de cada descontinuidade operacional, proporcionando outras receitas de alienação de estoque e ativos fixos e despesas de remoção e retirada da propriedade de instalações inaproveitáveis.

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial de modo a assegurar o cumprimento de todos os compromissos assumidos diante de provável descontinuidade operacional das unidades de caixa das UTEs Apoená e Guarani, após o encerramento dos CCEARs.

Contas a Receber

Os montantes a receber de energia são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas porque, não obstante a pequena relevância, não há histórico de perda nem qualquer perda esperada.

Estoque

Os principais itens de estoque estão registrados a valores abaixo do preço de mercado e serão alienados de forma planejada, buscando proponentes no mercado específico. A Administração vislumbra não haver perdas na realização do estoque considerando, sobretudo a majoração dos valores (preços) no mercado nacional e internacional.

Impostos a Recuperar

Trata-se de crédito já constituído por meio de PerDcomp, com probabilidade de restituição em até 5 anos.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com correspondente Passivo de P&D.

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado está sendo depreciado no prazo de vida útil econômica dos bens ou de expectativa de operação das unidades, dos dois o menor, de modo que não restará valor residual após o término das operações.

Fornecedores

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até 31 de dezembro de 2025, sem qualquer perspectiva de multas e/ou penalidades previstas. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores, das unidades de caixa que poderão ser descontinuadas, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional – Continuidade Operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional;
- NE n.º 9 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Para os estoques, na aquisição foi considerado o valor constante das notas fiscais emitidas pela Petrobras na venda das peças, combustíveis, diesel e lubrificantes.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Para o ativo imobilizado, o valor justo foi apurado através da técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. Deste modo, a depreciação dos bens das UTEs Apoená e Guarani estão limitados a 31 de dezembro de 2023 e a UTE Curumim até 31 de dezembro de 2025. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 9.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiro e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Vejamos:

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 6 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2028 para a UTE Guarani, 6 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2027 para a UTE Apoena e 3 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2027 para a UTE Curumim. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; realiza, também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradessportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informada pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda de energia contratada por disponibilidade** (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

- **Receita com venda de energia:** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 25	IAS 37	- Especificação de quais custos uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso. - Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo, no resultado.	
CPC 27	IAS 16	- Referências à Estrutura Conceitual.	
CPC 15 (R1)	IFRS 3		
	IFRS 1		
CPC 37 (R1)	IFRS 9		
CPC 48	IAS 41		
CPC 29		- Melhorias anuais às normas IFRS (IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41).	<u>01/01/2022</u>

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b. Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Correlação IASB	Descrição da alteração	Vigência
CPC 11	IFRS 4	Adiamento da Isenção temporária do CPC 48.	
CPC 47	IFRS 1	Correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47.	
CPC 32	IAS 34	Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	
CPC 23	IFRS 3		
CPC 26 (R1)	IAS 1		01/01/2023,
CPC 40 (R1)	IAS 8		exceto para os
CPC 49	IFRS 7		CPCs 47 e 48 que
CPC 21 (R1)	IAS 26	- Sobre definição e divulgações de Políticas Contábeis.	possuem vigência
CPC 37 (R1)	IAS 12		imediata.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	16	16
Aplicações financeiras de alta liquidez	76.418	69.078
Total	<u>76.434</u>	<u>69.094</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de liquidez imediata realizadas com instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 70% a 110% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (Em 2021, 70% a 102%).

5 Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valores a vencer	8.229	-
Valores a faturar	34.327	25.531
Total	<u>42.556</u>	<u>25.531</u>

O contas a receber corresponde ao fornecimento de energia elétrica para concessionárias, conforme Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias, onde os valores a faturar correspondem as medições reconhecidas por competência e valores a vencer correspondem as faturas já emitidas, porém no prazo de vencimento.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

6 Impostos a recuperar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS sobre ativo imobilizado	87	1.097
PIS sobre faturamento	-	726
COFINS sobre ativo imobilizado	403	5.046
COFINS sobre faturamento	-	3.344
Outros	40	-
Total	<u>530</u>	<u>10.213</u>
Circulante	40	9.241
Não circulante	490	972
Total	<u>530</u>	<u>10.213</u>

Em 2022, a Companhia passou a utilizar mensalmente as compensações via perdcomp tributárias reduzindo significativamente o saldo de impostos a recuperar.

7 Estoques

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Combustível	4.272	338
Almoxarifado de peças para manutenção	356	139
Outros estoques	176	-
Total	<u>4.804</u>	<u>477</u>

Em fevereiro de 2022 a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras emitiu as notas fiscais referentes as transferências de estoques concluindo a operação de aquisição de ativos conforme NE 1, representando assim um aumento na comparabilidade com 2021.

Além disso, o ajuste de preço proveniente de aquisição destes ativos é amortizado na proporção do consumo dos créditos de PIS e COFINS dos combustíveis, que são superiores ao consumo, contribuindo para o aumento do estoque.

A variação relevante do valor do estoque de combustíveis em relação a 2021 decorre, principalmente, em razão da precificação do combustível (subavaliação pelo ajuste de preço) na aquisição do Projeto Goytacazes.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

8 Saldos e transações com partes relacionadas

	Encargos incidentes	2022		2021		
		Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo (a)</u>						
Global Participações em Energia S.A	CDI+2,56%	-	1.541	-	-	-
Total		-	1.541	-	-	-
<u>Fornecedor (b)</u>						
Global Engenharia Ltda	sem encargos	4.348	(33.158)	-	3.196	(3.442)
Total		4.348	(33.158)	-	3.196	(3.442)

- (a) Mútuo ativo celebrado entre a São Francisco Energia S.A e a Global Participações em Energia S.A, onde foi captado no dia 17 de março de 2022 o montante de R\$50.000, sem vencimento determinado, com encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano. Em 11 de julho de 2022, o contrato foi liquidado pela Global Participações em Energia S.A, na sua totalidade.
- (b) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE12.

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações S.A.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício de 2022 foram pagos R\$1.363, sendo R\$1.237 de remuneração fixa e R\$126 de remuneração variável (Em 2021, R\$37 referentes à remuneração fixa). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

9 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios está demonstrada a seguir:

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Instalações	Total
Taxa de depreciação anual	-	3,6% (a)	1,8%(a)	3,8% (a)	1,7%(a)	(b)	3,9% (a)	
<u>Custo corrigido</u>								
Saldos em 01 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	2.953	1.849	45	26.571	222	-	1.596	33.236
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.953	1.849	45	26.571	222	-	1.596	33.236
Adições	142	152	68	2.026	97	-	133	2.618
Transferências	-	-	-	-	-	8.751	-	8.751
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.095	2.001	113	28.597	319	8.751	1.729	44.605
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldos em 01 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	(127)	(1)	(1.741)	(4)	-	(118)	(1.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(127)	(1)	(1.741)	(4)	-	(118)	(1.991)
Adições	-	(890)	(43)	(13.384)	(61)	-	(826)	(15.204)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(1.017)	(44)	(15.125)	(65)	-	(944)	(17.195)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2022	3.095	984	69	13.472	254	8.751	785	27.410
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2021	2.953	1.722	44	24.830	218	-	1.478	31.245

- (a) A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens limitado ao período dos contratos, quando for o caso, estão apresentados pela taxa média.
- (b) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 - Imobilizado, item 8.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso ;
- Determinação dos fluxos de caixa: Resultado operacional, capital de giro e investimentos;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da operação comercial;
- Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação *debt-equity*).

Com base nas premissas mencionadas e em suas análises o valor em uso (R\$350.287) foi superior ao valor contábil (R\$27.410) e, portanto, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

10 Intangível

Taxas anuais de amortização	2022		2021	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				(não auditado)
Direito de uso de software	20%	346	(178)	168
Direito de contratos - clientes	45,7%	653	(361)	292
Total		999	(539)	460
Saldo em 01 de dezembro de 2021		-		
Adições		1.000		
Amortização		(50)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		950		
Amortização		(490)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		460		

Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas e foram mensuradas pelo custo e deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com direito de uso de software são amortizados à taxa de 20% ao ano limitado às datas dos contratos, enquanto o direito de contratos, formado pelo custo de aquisição das usinas, está sendo amortizado à taxa de 45,7% ao ano, de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, até 31/12/2023 (Guarani e Apoena) e 31/12/2025 (Curumim).

11 Outras contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a fornecedor	23	-
Adiantamento a funcionários	7	147
Despesas antecipadas	866	2.872
Ajuste de preço - Petrobras (a)	-	25.232
Outras Contas a Receber	1	-
Total	<u>897</u>	<u>28.251</u>

- (a) Em 2021, a Companhia concluiu os números finais do ajuste de preço da aquisição do Projeto Goytacazes com a Petrobras referente às Usinas Apoena, Guarani e Curumim, conforme NE1. O projeto de aquisição de ativos foi concluído e totalmente recebido em 2022.

12 Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Amazonia Transportes	281	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	2.104	-
Fator Segurança S.A.	-	1.505
Global Engenharia Ltda (a)	4.348	3.196
Mam Engenharia Ltda	242	-
ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico	2.064	2.250
Petrobras Distribuidora S.A.	-	533
Simple Energy Comercializadora S.A.	1.906	2.676
Prefeitura Municipal de Camaçari	-	2.179
Vibra Energia S.A.	696	-
Outros fornecedores	126	348
Total	<u>11.767</u>	<u>12.687</u>

- (a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE8.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	2022	2021
Bradesco S.A. Debêntures (a)	dez/23	CDI +	327	48.683	49.010	139.156
(-) Custos de transação		2,56%a.a.	-	(1.085)	(1.085)	(2.170)
Subtotal			327	47.598	47.925	136.986
Total			327	47.598	47.925	136.986
Circulante			327	47.598	47.925	59.214
Não circulante			-	-	-	77.772
Total			327	47.598	47.925	136.986

- (a) Em 29 de novembro de 2021, foi assinado o contrato de emissão referente a 138.000 debêntures, emitidas na 1.^a emissão de série única, com o Banco Bradesco BBI S.A no valor de R\$1 cada, totalizando R\$138.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, por meio de pagamentos mensais após período de carência e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 2,56% ao ano.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Captação de empréstimos	138.000	-	138.000
Juros e variações monetárias provisionadas	1.156	-	1.156
Aquisição dos custos de captação	(2.262)	-	(2.262)
Amortização dos custos de captação	92	-	92
Transferências	(77.772)	77.772	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	59.214	77.772	136.986
Juros e variações monetárias provisionadas	12.929	-	12.929
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(13.753)	-	(13.753)
Amortização dos custos de captação	1.080	-	1.080
Transferências	77.772	(77.772)	-
Pagamentos de principal	(89.317)	-	(89.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	47.925	-	47.925

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

- Cessão Fiduciária de direitos creditórios de recebíveis (Usinas Guarani, Apoená e Curumim);
- Alienação de 4 (quatro) imóveis de propriedade da emissora (Matrículas 5.575; 4.873; 4.860 e 6.910)
- Alienação Fiduciária das ações da SFE de titularidade da GPE e dos acionistas minoritários.

Em 2022, o *covenant* financeiro do contrato das debêntures com o banco Bradesco previa a manutenção do índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em valor maior ou igual a 1,2 vezes no fim do exercício social.

Em 31 de dezembro de 2022, todos os *covenants* foram cumpridos.

14 Obrigações tributárias

	2022	2021
INSS serviços de terceiros	126	2
PIS - Programa de integração social	296	-
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.377	-
PIS/COFINS/CSLL retidos	105	128
ICMS e DIFAL	2	1
Outros tributos a recolher	40	1
Total	<u>1.946</u>	<u>132</u>

Conforme NE 1, o *closing* da aquisição de ativos ocorreu em 06 de dezembro de 2021, o que justifica a variação na comparabilidade dos exercícios, onde 2021 está representado apenas por 25 dias de operação.

15 Provisão para riscos

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há demandas judiciais classificadas como perda possível ou provável, desta forma nenhuma provisão para perdas necessita ser constituída.

16 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.000 (R\$3.000 em 2021) e estava representado por 3.000.000 ações ordinárias (Em 2021, 3.000.000 ações ordinárias) e distribuído da seguinte forma:

Acionista	2021		2022	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Global Participações em Energia S.A.	2.694.000	89,80%	2.670.000	89,00%
José Cordeiro de Almeida Neto	90.000	3,00%	90.000	3,00%
Valfredo de Assis Ribeiro Filho	90.000	3,00%	90.000	3,00%
Jarbas Rodrigues Benevides	15.000	0,50%	15.000	0,50%
José Celso Morais dos Santos Júnior	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Cassiano José Souza da Silva	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Eduardo José Andrade Freire de Lima	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Juliano Souza Matos	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Rodrigo Santana do Amaral	15.000	0,50%	15.000	0,50%
Aderaldo Bruno Modesto de Menezes	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Antonio Raymundo Tavares Ferreira	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Ricardo França Ricciardi	12.000	0,40%	12.000	0,40%
Alexandre Alves da Silva	-	-	12.000	0,40%
Mário Amora Ramos	-	-	12.000	0,40%
Total	<u>3.000.000</u>	<u>100</u>	<u>3.000.000</u>	<u>100</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Capital Social

Em 03 de maio de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi aumentado através do adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 21 e compensado através de prejuízos acumulados no valor de R\$ 43, passando o capital social de R\$ 32 para R\$ 10.

Em 15 de setembro de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”) o capital social da Companhia foi aumentado com a emissão de novas ações ordinárias no valor de R\$ 2.990 com valor individual de R\$ 1,00 cada, passando o capital social de R\$ 10 para R\$ 3.000.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo no 202 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituída uma reserva legal de R\$202 (Em 31 de dezembro de 2021 de R\$398).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a destinação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$45.300 que a assembleia deliberará sobre a destinação do excesso na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	105.413	7.962
Média ponderada de ação por lote de mil	<u>3.000</u>	<u>259</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u><u>35,138</u></u>	<u><u>30,722</u></u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	105.413	7.962
Reserva legal	(202)	(398)
Reserva Para Incentivos Fiscais	<u>(25.975)</u>	<u>-</u>
Base para dividendos	<u>79.236</u>	<u>7.564</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.809	1.891
Dividendos intermediários 2022 destinado	<u>(30.936)</u>	<u>-</u>
Dividendos mínimos obrigatórios constituído	<u><u>-</u></u>	<u><u>1.891</u></u>

Em 28 de janeiro de 2022, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição antecipada de R\$7.000 (R\$2,33 por lote de mil ações), sendo dividendos mínimos obrigatórios de R\$1.891 e dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2021 de R\$5.109, os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 13 de abril de 2022, a Administração aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de R\$ 7.564 (dos quais R\$7.000 já haviam sido deliberados na AGE anterior), sendo dividendos mínimos obrigatórios de R\$1.891 e dividendos adicionais referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2021 de R\$5.673, além da distribuição antecipada de R\$18.000, referente a dividendos adicionais do primeiro semestre de 2022 (R\$6,00 por lote de mil ações), os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Em 07 de julho de 2022, a Administração aprovou, em Reunião de Conselho de Administração, a distribuição antecipada de R\$13.500, referente a dividendos adicionais do primeiro semestre de 2022 (R\$4,50 por lote de mil ações), os quais foram totalmente quitados no transcorrer do exercício de 2022, conforme disponibilidade de caixa.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2021 e 2022 está apresentado a seguir:

Dividendos mínimos obrigatórios de 2021	1.891
Saldo dividendos a pagar 2021	1.891
Dividendos propostos referente a 2021	5.109
Dividendos Intermediários 2022	31.500
Dividendos pagos	(38.500)
Saldo dividendos adicionais a pagar 2022	-

17 Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita de venda de energia (a)	24.010	4.807
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	263.113	20.724
Deduções de venda		
PIS	(4.738)	(421)
COFINS	(21.821)	(1.940)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(2.569)	(228)
Total	257.995	22.942

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da CCEE. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

Conforme demonstrado na NE n.º1, a Companhia entrou em operação de dezembro de 2021, gerando uma distorção no efeito comparativo dos exercícios 2022 e 2021, apresentando uma elevação das receitas de venda de energia e por disponibilidade, além de suas deduções.

18 Custos e despesas por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(6.154)	(437)
Depreciação e amortização	(15.694)	(2.041)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(29.914)	(2.431)
Custos com manutenção e operação (a)	(61.289)	(7.051)
Arrendamentos e aluguéis	-	(67)
Custos e despesas com seguros	(2.010)	(138)
Despesas com viagens e comunicações	(260)	(35)
Serviços de terceiros	(3.264)	(53)
Assessoria e consultoria	(3.385)	(192)
Tributos	(1.617)	-
Outras despesas (receitas) (b)	163	2.270
Total	<u>(123.424)</u>	<u>(10.175)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(108.832)	(11.652)
Despesas gerais e administrativas	(15.136)	(905)
Honorários dos Administradores	(1.599)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	2.143	2.382
Total	<u>(123.424)</u>	<u>(10.175)</u>

- (a) Refere-se a custos de manutenção e operação das três usinas adquiridas: Guarani, Apoena e Curumim. Além da operação para geração de energia, faz-se necessário realizar manutenções corretivas e preventivas.
- (b) Em 2021, o saldo refere-se a ajuste de preços na negociação para aquisição dos referidos ativos, as UTEs: Guarani, Apoena e Curumim.

Conforme demonstrado na NE n.º1, a Companhia entrou em operação de dezembro de 2021, gerando uma distorção no efeito comparativo dos exercícios 2022 e 2021, apresentando uma elevação dos custos e despesas por natureza.

19 Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	5.077	479
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	1.541	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(371)	(22)
Variações cambiais positivas	17	-
Outras receitas financeiras, líquidas	732	609
Subtotal	<u>6.996</u>	<u>1.066</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(12.929)	(1.156)
Amortização de custo de captação	(1.080)	(92)
Variações cambiais negativas	(22)	-
Outras despesas financeiras, líquidas	(378)	(21)
Subtotal	<u>(14.409)</u>	<u>(1.269)</u>
Total	<u>(7.413)</u>	<u>(203)</u>

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, está demonstrada a seguir:

	Taxa efetiva	<u>2022</u>	Taxa efetiva	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		127.158		12.564
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)		(43.234)		(4.272)
Diferenças temporárias e permanentes:				
Adições (P&D, PLR e variação cambial)		(4.888)		(720)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal		-		38
Demais adições e exclusões		44		352
Subtotal	37,81%	<u>(48.078)</u>	36,63%	<u>(4.602)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)		25.975		-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		358		-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	17,10%	<u>(21.745)</u>	36,63%	<u>(4.602)</u>

(*) Companhia possui projeto aprovado pela SUDENE, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil 2022			
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	76.434	-	76.434	Nível II
Contas a receber	42.556	-	42.556	-
Outras contas a receber	874	-	874	-
<u>Total</u>	119.864	-	119.864	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	11.767	-	11.767	-
Empréstimos e financiamentos	-	47.925	47.925	Nível II
Outras contas a pagar	5.786	-	5.786	-
<u>Total</u>	17.553	47.925	65.478	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	69.094	-	69.094	Nível II
Contas a receber	25.531	-	25.531	-
Outras contas a receber	28.251	-	28.251	-
<u>Total</u>	122.876	-	122.876	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	12.687	-	12.687	-
Empréstimos e financiamentos	-	136.986	136.986	Nível II
Outras contas a pagar	227	-	227	-
<u>Total</u>	12.914	136.986	149.900	

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais com as distribuidoras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual		
				12 meses	24 meses	48 meses
Fornecedores	Alta IPCA	5,40%	11.767	12.402	-	-
Empréstimos e financiamentos	Alta CDI	13,30%	47.925	54.299	-	-
Outras contas a pagar	Alta Selic	13,40%	5.786	5.739	66	755
Total			<u>65.478</u>	<u>72.440</u>	<u>66</u>	<u>755</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III		Provável I	Possível II	Remoto III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco Bradesco S.A.	Alta do CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(47.925)	(54.299)	(55.893)	(57.486)
Total empréstimos e financiamentos					(47.925)	(54.299)	(55.893)	(57.486)
Ativo - Aplicações financeiras								
Banco Bradesco S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	6.631	7.513	7.292	7.072
Banco XP Investimentos	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	34.615	39.219	38.068	36.917
Banco do Nordeste do Bra	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	34.507	39.096	37.949	36.802
Banco Itaú	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	665	753	731	709
Total aplicações financeiras					76.418	86.581	84.040	81.500
Total líquido					28.493	32.282	28.147	24.014
* Fonte: Banco Santander		Efeito líquido no resultado			-	3.789	(346)	(4.479)

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Quanto à escassez de combustível

A Companhia possui contrato de compra e venda de óleo combustível com baixo teor de enxofre (OCCMB) firmado com a Refinaria de Mataripe S.A., em caráter de exclusividade, com vigência igual ao dos contratos de fornecimento de energia, até 31 de dezembro de 2023 para as UTEs Guarani e Apoena e até 31 de dezembro de 2025 para a UTE Curumim. Conforme estabelecido em contrato, a Refinaria de Mataripe S.A. assegura o fornecimento de combustível na quantidade necessária para garantir a geração de energia de forma continuada, em caso de despacho pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, sujeitando-se a penalidade (multa) na hipótese de não atendimento do volume requisitado.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

22 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$ 77.998, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$25.337, com vigência indeterminada.
- Encargos de distribuição de energia de R\$8.394, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$14.228, com vigência indeterminada
- Gestão Planejamento e Logística de R\$18.636, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$7.901, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$3.502, com vigência indeterminada.

23 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2022

- Compensação de impostos a recuperar com impostos a recolher e imposto de renda e contribuição social no montante de R\$24.644;
- Transferência de estoque para ativo imobilizado no montante de R\$8.751;
- Amortização de mútuo com dividendos a pagar no montante de R\$51.541.

Exercício de 2021

- Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$1.891.